

# VULNERABILIDADES, NARRATIVAS E IDENTIDADES

Cynthia Mara Miranda  
Maíra Evangelista de Sousa  
Carlos Alberto de Carvalho  
Leandro Rodrigues Lage  
(Organizadores)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Vulnerabilidades, narrativas, identidades [recurso eletrônico] /  
Organizadores Cynthia Mara Miranda... [et al.]. – Belo Hori-  
zonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

V991

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-12-0

1. Comunicação social – Pesquisa – Brasil. 2. Amazônia  
– Condições sociais. I. Miranda, Cynthia Mara. II. Sousa,  
Maíra Evangelista de. III. Carvalho, Carlos Alberto de. IV.  
Lage, Leandro Rodrigues.

CDD 300

Elaborado por Maurício Armormino Júnior – CRB6/2422

**CRÉDITOS DO E-BOOK**

© PPGCOM/UFMG, 2020.

**CAPA E PROJETO GRÁFICO**

Atelier de Publicidade UFMG  
Bruno Guimarães Martins

**COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO**

Daniel Melo Ribeiro

**DIAGRAMAÇÃO**

Rafael Mello

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos  
termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:  
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/termos-de-uso/>

## CAPÍTULO 4

# Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades

PHELLIPY JÁCOME

No ensaio *La vida: un relato en busca de narrador*, Paul Ricoeur (2006) se propõe a discutir maneiras pelas quais os atos de viver e os atos de narrar podem estar, ao mesmo tempo, distanciados e relacionados. Afinal, há uma ligação intrínseca entre tempo e narrativa na produção dos mundos possíveis humanos, mas também há uma série de histórias ou aspectos de histórias à espera de narração e que, mesmo que vividas, ainda não foram postas em relato. Se, como aponta o filósofo francês ao recuperar Sócrates, uma vida não examinada não é digna de ser vivida, nos parece haver um claro componente político que relaciona tempo, narrativa, vidas narradas e vidas não-narradas. Assim, nos perguntamos, como os impactos do regime de historicidade moderno e da colonialidade podem ser pensados na escrita da história e na produção de suas tramas? Seria possível pensar uma política do tempo de histórias vulneráveis?

O objetivo de nosso texto é, num primeiro momento, recuperar a relação entre tempo e relato, explorando as ideias de construção da intriga, do círculo hermenêutico ricoeuriano e de suas formas de

concordância-discordante. Buscamos enfatizar a narrativa não como um gênero textual específico, mas como uma condição humana de experiência do tempo. Essa experiência, acreditamos, não é isenta de hierarquias ou de componentes de coerção, motivos pelo quais, na sequência, gostaríamos de problematizar a produção de narrativas, destacando tensões éticas e implicações políticas que podem ser fatores de vulnerabilização. Nesse sentido, não são poucos os autores que, de diferentes perspectivas anticoloniais, vêm abordando questões relativas às experiências culturais e particulares do tempo (APPADURAI, 2013; 2006; RIVERA, 2018; MBEMBE, 2018) ou que têm se dedicado a denunciar os riscos de histórias totalizantes e/ou homogeneizantes (ADICHIE, 2019; SPIVAK, 2010; KRENAK, 2019). Em muitos deles, há uma crítica severa às consequências geradas por uma concepção unitária, progressiva e linear do tempo.

Parte desse questionamento se dá numa tentativa de propor novas formas de construção e de revisão histórica, em que passado, presente e futuro, menos do que categorias lineares e sucessivas, podem ser vistas de maneiras estratificadas e não necessariamente unidas por um fio comum. Ou seja, vivemos experiências culturais e pessoais diversas, muitas vezes impossíveis, que só são simultâneas se imaginadas do ponto de vista cronológico, mas que podem guardar diversas contemporaneidades e formas próprias de trabalhar os paradoxos do tempo (JÁCOME, MANNA, 2016). O que buscamos, então, é perceber como distintos gestos de *escrita da história* podem iluminar aspectos de um *direito ao tempo* e de novas formas de vislumbrar, no presente, outras relações com passados e futuros.

### **A narrativa e a inconsistência ontológica do tempo**

Na maioria das vezes em que pensamos nas nossas relações temporais, adotamos, com frequência, categorias culturalmente estabilizadas, que nos permitem medir intervalos mais ou menos regulares. Assim, podemos falar da nossa data de nascimento, combinar um encontro às oito horas da noite, planejar a participação em um congresso acadêmico no próximo ano ou saber que a rotina de trabalho deveria começar e encerrar em um horário preestabelecido. Ainda que utilizadas em nosso

cotidiano sem maiores questionamentos, essas marcações cronológicas guardam uma relação que une posições cosmológicas e interpretações culturais muito específicas, permitindo que recordemos e planejem nossas ações. Paradoxalmente fixas e flutuantes, ditas categorias vão estabelecendo, a cada momento, novos ontens, hojes e amanhãs, mas parecem incapazes de responder de maneira mais incisiva “o que é o tempo?”, posto que carregam consigo uma inevitável tautologia.

À pergunta “o que é um dia?”, poderíamos responder que é o tempo que este planeta demora para realizar uma volta completa em seu próprio eixo. Quanto tempo dura essa volta? “24 horas”. “Quanto dura um dia?” Teríamos que responder que dura o tempo do movimento de rotação, que por sua vez corresponde a 24 horas, e que significa também um dia. Essas perguntas (poderíamos repeti-las com meses, anos, minutos ou outros intervalos de medição) se condicionam e se respondem mutuamente, sem explicar, no entanto, a natureza do tempo que aferem. Mas para além disso, também demonstram que, impreterivelmente, o tempo é uma categoria de movimento, a qual não podemos atestar seu começo ou o seu fim, apenas o seu “entre”. Como defende Carvalho (2012, p. 172), “é possível dizer que há dimensões do tempo que vão além das cronológicas, a exemplo das dimensões psicológicas, capazes de tornar tempos cronológicos semelhantes distintos para pessoas diferentes, posto que cada uma está vivenciando experiências de mundo particulares”. Cosmológico, cultural e pessoal, a questão do ser-do-tempo (ele possui uma existência própria? Se sim, onde e como?) nos leva a uma série de aporias na explicação de nossas experiências mundanas.

Há, como identificou Agostinho em suas *Confissões*, uma inconsistência ontológica incontornável, na medida em que falamos do tempo, sem conseguir explicar o seu “como”. Por isso, podemos pensar o tempo em sua negatividade, como algo que não é: o futuro ainda não chegou, o passado não é mais e o presente não permanece; ou em sua positividade, como se algo fosse: as coisas porvir serão, as coisas passadas foram e as coisas presentes são. Ou seja, sabemos e sentimos que ele passa, mas não logramos estabilizar sua extensão ou apontar uma rota precisa do seu “ser”. Transitamos no tempo como agentes e pacientes e tentamos, aporeticamente, medir algo que não deixa de passar.

Ricoeur (1994), ao retomar as reflexões agostinianas, postula que é na passagem e no trânsito que encontramos, simultaneamente, a multiplicidade e o dilaceramento do tempo, motivo pelo qual sofremos as coerções existenciais da reflexão temporal, cujas perguntas não cessam de ruir qualquer possibilidade acerca de uma definição precisa sobre o ser-do-tempo. “O que é o tempo?”, se indaga Agostinho, “se ninguém me pergunta, sei; se quiser explicar a quem me pergunta, já não sei” (Conf. XI, p. 14). Na tentativa, porém, de dar forma às suas inquietações, Agostinho propõe que reflitamos sobre o tempo pelo par *intentio-distentio*, em que a partir de uma intenção, o tempo se distende em nossa alma como memória, atenção e espera. Essa estratificação aponta para o caráter aporético das reflexões temporais e é ressituada por Ricoeur em suas formulações acerca do papel fundante da narrativa na resolução poética desse paradoxo.

Se em Agostinho, a reflexão temporal gera um fluxo interminável de discordâncias (cada resposta atingida pode ser desmoronada por outros questionamentos), Ricoeur vê no conceito de *intriga* (*mythos*) formulado por Aristóteles em sua *Poética*, o triunfo de uma ordenação de acontecimentos. Nessa conceitualização, a intriga enquanto produção de uma *trama* não deve ser confundida como uma estrutura fixa, mas como uma operação que integra elementos dispersos e produz uma identidade dinâmica para uma história narrada. Significa, ao mesmo tempo, uma história imaginária (singular e única) e uma integração a outros fluxos narrativos. Isto é, “a intriga tem a virtude de obter uma história a partir de acontecimentos diversos, ou se preferirmos, transforma os múltiplos acontecimentos em uma história. (...) A narrativa os organiza em um todo inteligível” (RICOEUR, 2006, p. 10, tradução nossa).

Desse modo, como dissemos, o pensamento agostiniano sofre com as inconsistências do tempo, em que as discordâncias não cessam de perturbar qualquer grau de concordância, e o pensamento aristotélico vê na tessitura da intriga o solapamento da concordância pela organização narrativa. Ao combinar as duas perspectivas que, antes, não possuíam relação, Ricoeur postula o conceito de concordância-discordante, demonstrando a dialética aberta da experiência viva, na qual a discordância, própria do tempo, é responsável por arruinar a concordância.

E esta, enquanto estratégia narrativa, surge para reparar a discordância e levar adiante o embate entre elas. Por isso, a arte de compor a intriga consiste em fazer parecer concordante a discordância: “um por causa do outro” predomina sobre o “um depois do outro”. “É na vida que o discordante arruína a concordância, não na arte trágica” (RICOEUR, 1994, p. 72). Nesse sentido, Ricoeur afirma que em qualquer história narrada podemos encontrar, ao menos, duas classes de tempo: a primeira delas tem a ver com uma sucessão discreta e, no limite, indefinida, de acontecimentos (seria sempre possível perguntar durante a contação de uma história: “E depois? E depois?”); a outra tem a ver com a integração e o fechamento de qualquer texto, responsável por dar uma conformação àqueles eventos narrados. Ou seja, extrair uma configuração da simples sucessão.

Essa reflexão nos autoriza a afastar a ideia de narrativa como algo que apenas descreve acontecimentos decorridos ou mesmo como decalque de uma realidade preexistente. Afinal, “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do accidental, o universal do singular, o necessário ou verossímil do episódico” (RICOEUR, 1994, p. 70). Há, nesse sentido, uma atividade criadora do gesto narrativo que instaura, no campo prático, uma relação imaginária entre inúmeros acontecimentos e faz desse desenrolar uma configuração particular. A tessitura da intriga também fabula a ação e, como afirma Ricoeur, instaura o necessário, compondo, produzindo uma síntese do heterogêneo. É ela que dá algum sentido às aporias do tempo, fazendo-as trabalhar poeticamente: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15).

Se podemos pensar em uma imitação, essa seria apenas uma imitação da ação, motivo pelo qual, Ricoeur propõe, ao retomar Aristóteles, uma relação entre a intriga (*mythos*) e a mimese. O que se sugere, desse modo, é um caminho não para resolver as aporias, mas para fazê-las trabalhar produtivamente. A narrativa é, então, uma estratégia humana para enfrentar as discordâncias do tempo e do mundo cosmológico, motivo pelo qual o ato de narrar deve ser entendido como uma solução

poética sempre *temporária* (ANTUNES, 2014). Como aponta Carvalho (2012, p. 173),

As narrativas constituem exatamente o que permite ao tempo ser, independente de sua remissão ao passado, de sua projeção no futuro ou de sua fugacidade no presente. Narrar, portanto, é ação de permanente atualização, é a capacidade humana de tornar a atualidade mais do que um momento que logo em seguida se perderá da memória.

Na retomada do par *mimese-mythos*, Ricoeur formula uma espiral hermenêutica tríplice, capaz de pensar as mediações entre o humano e o mundo (a referencialidade), o humano e outros humanos (comunicabilidade), e o humano e si-mesmo (compreensão de si). Desse modo, a noção de tríplice mimese enfrenta os processos de construção narrativa do real sem desconsiderar as formações culturais que precedem o ato de narrar, bem como o processo de interlocução ativo que lhe é imprescindível:

***Mimese I***: representa o mundo prefigurado, que diz respeito aos esquemas de representação do real, como pressuposições de verdade, que o leitor tem como dadas. É a narrativa em sua dimensão ética.

***Mimese II*** é o campo da poesis, do mundo configurado, que corresponde às estratégias de criação e de inteligibilidade ao mundo realizadas pelas diferentes instâncias narradoras. É a narrativa em sua dimensão poética.

***Mimese III*** corresponde à refiguração, ou seja, o domínio de intervenção da atividade receptora, que atualiza a configuração de maneira persuasiva e emotiva. É narrativa em sua dimensão estética. (adaptado de FARRÉ, 2004; POZUELO-YVANCOS, 1993)

A espiral hermenêutica ricoeuriana é capaz, nesse sentido, de demonstrar que o trabalho da narração não nasce do nada. A *mimese I*, ao representar um mundo prefigurado, pressupõe a existência de padrões

culturais estabelecidos e de formas narrativas que modulam a produção de novas tramas integradas à ordem diacrônica da história. A tessitura da intriga se daria na passagem entre *mimese I* e *mimese II*, momento de proposição de uma nova síntese do heterogêneo, que representa tanto uma *atualidade*, na medida em que se produz uma nova ação humana na ordem do mundo, como uma *integração*, já que dita ação procede de uma tradição cultural e de certa reserva de tipologia de intrigas. Desse modo, qualquer configuração narrativa envolve necessariamente um processo de ficcionalidade, ou como aponta Ricoeur (1994, p. 101), a abertura do “reino do como-se”.

Isso significa que a tessitura da intriga não é nem tanto uma cópia (tendo em vista que apresenta sempre caracteres de inovação semântica) nem uma novidade sem peias (já que é governada pelo esquematismo da tradição em que se insere). Ao narrar, reunimos elementos dispersos: personagens, sensações, espaços e unimo-los numa história configurada. “A história narrada é uma totalidade temporal e o ato poético é uma mediação entre o tempo como fluxo e o tempo como duração. Algo que dura e permanece através do que escapa e passa” (RICOEUR, 2006, p. 1, tradução nossa). Ao ser mais do que uma mera sucessão de acontecimentos, a narrativa carrega consigo uma série de elementos não-previstos em sua organização, o que impede a ideia de um “todo textual” ou de uma história esgotada. Ao contrário, a concordância-discordante faz com que o ato de narrar só encontre sentido e validação na medida em que estiver desenrolada na temporalidade da vida de um interlocutor, estando condicionada à sua transformação.

Daí a importância da *mimese III*, momento de refiguração da intriga sem a qual não haveria narrativa, na medida em que não haveria realidade produzida a partir dela. A instância de interlocução (que pode se dar face a face ou por outras mediações) se choca com o mundo textual configurado por seus próprios parâmetros e modifica a narrativa a partir de elementos de sua experiência. Um texto é sempre uma configuração provisória de refigurações possíveis, e desse modo, não há hiato entre a expressão e a compreensão, na medida em que os sentidos textuais só existem *em relação*. Por isso, “o texto deve ser encarado não como um artefato para a transmissão de uma realidade, mas antes como uma

mediação complexa para a configuração da mesma” (JÁCOME, 2015, p. 55). Como consequência, a realidade histórica é menos pressuposto e mais tarefa.

Pelo menos três advertências se fazem importantes aos tratarmos das apropriações da espiral hermenêutica ricoeuriana. A primeira delas diz respeito ao caráter virtuoso e interminável das operações de interpretação. A passagem entre as mimeses é um fluxo constante de sedimentação e inovação retroalimentado. A partir do momento em que uma história (fruto de uma configuração cultural peculiar) é configurada e refigurada, ela passa a ser parte dessa pré-figuração, atuando na compreensão de intrigas vindouras. Ou seja, a narrativa não é um “lugar” ou um “objeto” de detenção, mas um meio a ser atravessado em que nem obra nem leitor nem mundo podem sair incólumes. Como sintetiza Ricoeur, “o mundo é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li, interpretei e amei” (RICOEUR, 1994, p. 123). Assim, aponta o filósofo, é preciso questionar a falsa evidência que diz que a vida se vive e não se narra, na medida em que esta é uma equação simplória entre a vida e o vivido. “Uma vida não é mais do que um fenômeno biológico enquanto não seja interpretada” (RICOEUR, 2006, p. 17, tradução nossa). Uma vida não narrada seria, portanto, um relato à espera do narrador.

A segunda advertência tem a ver com o fato de que a tríplice mimese, apesar de sugerir uma sucessão, não diz de momentos particulares identificáveis. O contato do mundo do texto e do mundo do leitor não prescinde de um mundo pré-figurado; ao contrário, é causa e consequência da possibilidade desse choque. Por isso, a espiral hermenêutica não deve ser confundida como uma etapa metodológica de análise estrutural e nem a narrativa como um gênero textual. Não se trata de identificar os momentos específicos de mimese I, II ou III ou de contrapor narrativa a outras modalidades discursivas. Esses momentos estão necessariamente imbricados e sua relação é indissolúvel; além disso, a narrativa, enquanto condição de experiência humana do tempo, pode abordar diferentes composições no mundo a partir de um “olhar narrativizante” (LEAL, 2013).

A última advertência tem a ver com a posição de mundos possíveis advindos de pré-figurações não complementares, bem como com os silenciamentos dentro de um mesmo regime histórico. Como apontado na formulação de *mimese I*, é sempre em relação a regras culturais que nossas ações no mundo são iniciadas e cotejadas. Isso ajuda a compreender porque um mesmo texto pode ser considerado como ficção num determinado regime sócio-histórico e como realidade objetiva num outro. É também esse conjunto de normas culturais que vai dizer dos aspectos que conferem verossimilhança a uma narrativa, ou caracterizá-la como atrasada, superior, exótica etc. Além disso, dentro de um mesmo regime de historicidade, há aqueles grupos que, tachados como subalternos, veem vulnerabilizados seu direito à voz, com os seus “pôr-em-intriga” tratados como algo sem importância ou que mereceria ser destruído, suplantado. Em ambos os casos, acreditamos, há uma política temporal que opera para permitir/restringir a configuração de narrativas e suas formas de concordância-discordante.

E é justamente sobre esse tema que gostaríamos de refletir acerca de estratégias de silenciamento e mesmo solapamento do direito ao tempo. Se a narrativa é a guardiã do tempo e condição para sua experiência, o que significa a tentativa de homogeneização de fluxos temporais? Assim, de um lado, a narrativa como consonância imposta às aporias do tempo é aquilo que nos permite resolver poeticamente os seus paradoxos; de outro, ela significa também uma “violência da interpretação” e uma hierarquização conflituosa de ordens temporais diversas e irresolúveis. Como reflete Carvalho (2019), a metáfora da tessitura da intriga, num primeiro momento, pode nos levar a imagens romantizadas da tecelagem, de fios unidos para formar belos objetos dignos de contemplação. Entretanto, adverte o autor, não podemos esquecer também que

Tecer é lidar com agulhas, rocas e outros objetos pontiagudos, que potencialmente ferem, desgastam as mãos, provocam cansaço físico e mental. Tecidos podem provocar alergias, por mais macios, coloridos e atraentes que sejam. Tecer pode implicar submeter-se a condições de trabalho estressantes, desumanas e desumanizadoras. (CARVALHO, 2019, p. 38)

A partir do exposto acima, é possível pensar em fios de alta tensão (CARVALHO, 2019), que podem envolver práticas de rasura, silenciamento, rompimentos e vulnerabilização. Toda formulação narrativa, nesse sentido, gera vidas narradas e vidas não-narradas, fazendo do direito ao tempo uma distribuição desigual. No caso específico deste texto, gostaríamos de deter-nos nas características macro-temporais do regime de historicidade moderno, apresentando suas contradições, bem como alguns empreendimentos teóricos que tentam questionar seus pressupostos e fazer avançar uma política do tempo, quiçá, menos assimétrica.

### **Narrativas vulneráveis: os sem direito ao tempo do regime moderno**

São vários os autores que, pelo menos desde metade do século passado, vêm discutindo os limites da modernidade a partir de diversas matrizes. Como ressalta Bruno Latour (1994), a modernidade possui tantas definições quantos forem os pensadores e jornalistas... Neste capítulo, não nos interessa aprofundar nos meandros do debate acerca dessa episteme, mas apontar para a concepção de tempo que ela engendra. Falamos, portanto, de um *regime de historicidade* que, como defende François Hartog (2013), trata-se de uma maneira específica, socialmente compartilhada, de encadear passado, presente e futuro. No caso da modernidade, ela aponta para uma interpretação que diz de uma aceleração e de várias rupturas, como se aquilo que acontece hoje tivesse que ser suplantado pelo futuro para converter-se em passado. Nesse sentido, o “moderno” é duplamente assimétrico: “assinala uma passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos” (LATOURE, 1994, p. 15), estes últimos, os que supostamente teriam ficado para trás. Tendo isso em vista, é importante destacar a modernidade e se seus agentes/pacientes foram capazes de modificar substancialmente os modos pelos quais diferentes agrupamentos humanos (muitas vezes de maneira forçada) experienciam e dão forma às aporias do tempo.

Em seus estudos sobre a constituição moderna, por exemplo, Reinhart Koselleck (2014, 2006) postula que esta poderia ser definida a

partir do acúmulo de indícios de uma nova maneira de conceitualização temporal. Nela, o tempo já não seria mais a forma em que os acontecimentos se desenrolam, na medida em que ele próprio passa a adquirir uma qualidade histórica, dinamizando-se como uma força impulsora de transformação. Há, nesse sentido, uma tentativa de unir temporalidades múltiplas, permitindo deduzir aquilo de que se teve experiência, bem como projetar, em um horizonte móvel, o que se deseja. Como consequência, o que até então era percebido como a junção de múltiplas histórias particulares passou a ser compreendido como parte de uma mesma linha temporal, tendo a Europa como suposta protagonista. Esse regime de historicidade foi capaz de propor uma sincronia a diferentes fenômenos, entabulados num mesmo fluxo, o que permitiu categorizar “desenvolvidos” (modernos) e “arcaicos” (pré-modernos), imaginando um caminho único rumo ao “progresso”.

A falsa ideia de uma humanidade unida por uma história comum, replicável, fez com que surgisse também a percepção compulsória de um “atraso”, que poderia ser recuperado por uma aceleração robusta por países ou populações, agora, “em desenvolvimento”. Essa simultaneidade do assincrônico, defende Koselleck (2014), autoriza, por exemplo, a pensar que o estágio técnico-industrial já alcançado pelos países desenvolvidos poderia ser, no futuro, atingido pelos menos desenvolvidos. O recurso ao atraso é, portanto, imprescindível para avaliação das narrativas da modernidade (JÁCOME, 2020), na medida em que é ele que permite e sustenta o surgimento de mitos fundacionais e passados idealizados, constringendo o presente e limitando propostas de futuro. “A experiência destes é a expectativa daqueles” (KOSELLECK, 2014, p. 163).

Esse regime de historicidade emerge de um tipo de racionalidade que constringe diferentes relatos históricos como se fizessem parte de um todo homogêneo. Ou seja, é como se agrupações humanas diversas estivessem reunidas numa mesma prefiguração de mundo, que diz de posições de adiantamento ou de atraso, e que também incide na configuração e refiguração de seus relatos, bem como nas condições de memória e de esquecimento. Como destaca Arjun Appadurai (2011, p. 1, tradução nossa), a “Modernidade diz respeito a um conjunto de teorias

que ao mesmo tempo declara e deseja uma aplicabilidade universal de si mesma”. O que vemos, então, é a proposição de um “mundo único” (não importando quão heterogêneo seja) a ser guiado por uma “adiantada civilização”. Isso significa, como reflete Achille Mbembe (2017, p. 32), que de um ponto de vista metodológico, não haveria “mais uma ‘historicidade distinta’ dessas sociedades, uma que não esteja incorporada em tempos e ritmos altamente condicionados pela dominação europeia”.

Nesse sentido, as narrativas também podem ser formas de vulnerabilização e de tentativa de aniquilação, na medida em que se advoga por uma história linear e única e para uma hierarquização temporal dos coletivos humanos, separando vidas dignas de serem vividas e relatadas, daquelas que seriam desprezadas. Nessa relação de alteridade a partir do “sujeito” eurocentrado, a experiência de seres percebidos como “alheios” impõe sérias dificuldades para uma visada ocidental e a outras formas de fruição do tempo e constituição de identidades. “Não importando se a questão é a África ou com outros mundos não-europeus, esta tradição nega há muito a existência de qualquer ‘self’ que não seja o próprio” (MBEMBE, 2017, p. 23). De maneira similar ao filósofo camaronês, mas em outro contexto teórico, Gaytari Spivak também aponta para a tentativa de apagamento das alteridades não-europeias pelas práticas e teorias coloniais. Para ela, o mais claro exemplo disponível de violência epistêmica “é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade” (SPIVAK, 2014, p. 60). É desse cerceamento epistêmico que também deriva os critérios de subalternidades.

Como defende a autora indiana, o sujeito subalterno não se refere a todo e qualquer marginalizado, mas sim àquele cuja voz não pode ser ouvida. Isso não significa que o subalternizado não possua uma voz própria, mas sim que, inserida num discurso hegemônico, essa voz nunca seria entendida como algo a ser escutado, apenas como ruído. Spivak postula que as possibilidades de agenciamento se dão quando há uma relação que permite distinguir falantes e ouvintes. Essa dialogia, destaca, nunca se daria para o subalterno. É como se não fosse reconhecido o caráter dialógico em sua fala e também de sua autorrepresentação.

tação. Nesse sentido, fica evidente a negação de suas narrativas como outras formas válidas de concordância-discordante.

Por isso, acreditamos que, no caso do regime de historicidade moderno, as narrativas colonizadoras trazem inúmeras consequências para a formulação de outras Histórias, na medida em que há um forte silenciamento daqueles tidos como “subalternos” e de outras prefigurações temporais possíveis. É como se outras possibilidades de espirais hermenêuticas não pudessem produzir uma transfusão poética da realidade sem passar, antes, pelo crivo violentador dos não-subalternos. Esse silenciamento é também uma forma de restringir o direito ao tempo, na medida em que há uma negação, num presente supostamente universal, da colocação em intriga de experiências narrativas peculiares. Ou seja, a colonialidade, ao distribuir corpos dignos e não dignos de relato, também o faz vulnerabilizando sujeitos por meio de narrativas externas e buscando impedir outras formas de configurações temporais.

Essa vulnerabilização, adaptando as formulações de Mbembe sobre a violência colonial, assumiria uma tripla dimensão temporal: no comportamento cotidiano do colonizador em relação ao colonizado; no esvaziamento das dimensões do passado do colonizado, tolhido de qualquer substância; e na injúria em relação ao futuro, pois a colonialidade se postula como único projeto possível. Trata-se, portanto, da imposição de uma historicidade alheia, advinda de tipologias de intrigas que pretendem instaurar uma narrativa de realidade normativa. Esse ponto se torna bastante explícito na exemplificação do imaginário colonial sobre África como fantasmagoria, explorados pelo autor:

Ela vem do fato de não haver praticamente nenhum discurso sobre a África em si mesma. No princípio mesmo de sua constituição, em sua língua e em suas finalidades, a narrativa sobre a África sempre é pretexto para um comentário sobre alguma outra coisa, algum outro lugar, outras pessoas. Mais precisamente, a África é um meio que permite ao Ocidente aceitar o seu próprio subconsciente e explicar sua própria subjetividade. (MBEMBE, 2017, p. 24)

Ou seja, é a própria ação de silenciar discursos africanos sobre África (ou indianos sobre a Índia, ou indígenas sobre o continente americano etc.) que permite a fabricação do Outro exótico, como uma negação de temporalidades heterogêneas. Muitas vezes, esse silenciamento pode surgir, inclusive, sob a violenta forma de narrativas supostamente apaziguadoras, como a idealização de uma “mescla” de raças que nega a violência colonial, tão típica da conformação dos estados nacionais americanos. Ao refletir sobre os usos da ideia de mestiçagem na historiografia oficial e seu imaginário sobre a Bolívia, por exemplo, Silva Rivera Cusicanqui alerta para os apagamentos dessa tentativa forçada de reparação à fissura da colonialidade, que busca obliterar as contradições que habitam os múltiplos passados desse território, numa espécie de culto ao esquecimento. “Temos então uma lógica de recombinação de horizontes diferenciados que se justapõem como camadas de diversos passados em cada momento de nossa vida e, tudo isso, encobrimos com a noção totalizadora de modernidade” (RIVERA CUSICANQUI, 2018, p. 58, tradução nossa). No limite, formulações narrativas advindas de outros mundos prefigurados nos levariam a questionar inclusive a “realidade” de nomes fixados a partir da visada colonial (há diferenças temporais irreconciliáveis em tratar uma porção do mundo como “América” ou Abyy Ayala, por exemplo), como demonstram os trabalhos da própria Rivera Cusicanqui (2018, 2015), ou de Viveiros de Castro (2004) e Krenak (2019), entre outros. Na medida em que trazem ordenações temporais distintas, essas narrativas contam com origens e encadeamentos poéticos peculiares para os paradoxos do tempo.

Nesse ponto, cabe destacar que, como uma rede de violências, a colonialidade também deve ser encarada em suas dimensões de colonialismo interno (RIVERA CUSICANQUI, 2015), nas quais os micro-poderes, muitas vezes, corroboram as dominações macrológicas. Nem subalterno nem colonizador são entidades homogêneas, mas antes posições situacionais de dominação, o que nos exige pensar, entre outras coisas, nas interseccionalidades (como as relações de raça e de gênero) e nas posições centro-periferia de quaisquer territórios (a produção de “centros de saber” tendem a se sobrepor os chamados “saberes locais”). Por isso, uma ênfase nas dimensões temporais e espaciais, insistimos,

deve ser considerada nos relatos anticoloniais. Essa posição, a nosso ver, tem de estar atenta à condição de produção de epistemes próprias, advindas de outras espirais hermenêuticas possíveis, em que o direito ao tempo seja considerado. Isso significa, como reflete Mbembe (2017, pp. 30-31), em “compreender o *tempo como vivido*, não sincronicamente ou diacronicamente, mas em sua multiplicidade e simultaneidade, as suas presenças e ausências, além das categorias preguiçosas de permanência e mudança tão caras a muitos historiadores”. Esses tempos vividos, menos que uma linha, são uma espécie de magma em constante ebulição, que não possuem uma origem ou fim determinados, a não ser pelo gesto instaurador da narrativa.

Nos parece, então, evidente a necessidade do reconhecimento das experiências culturais do tempo para a produção de narrativas que vão de encontro aos riscos de uma história única (ADICHIE, 2019). Nesse sentido, os territórios e as distintas formas de solucionar poeticamente os paradoxos do tempo cobram uma importância seminal para a diversificação das formas pelas quais habitamos e sabemos o mundo. Frente a uma suposta ubiquidade homogeneizante de um tempo linear, urge reconhecer outros inícios e formas de interpretar Histórias. “Para construir este mundo que nos é comum, será preciso restituir àqueles e àquelas que foram submetidos a processos de abstração e de coisificação na história a parte da humanidade que lhes foi roubada” (MBEMBE, 2017, pp. 313-314). Essa restituição é também uma reparação do direito ao tempo e de seus desdobramentos no espaço nele instituído.

Para encerrar, acreditamos que um último argumento se faz necessário. Refletir sobre outras pré-figurações de mundos possíveis não significa desconsiderar os impactos e consequências do regime de historicidade moderno. Não se trata aqui, portanto, de cair no risco de novas integralidades narrativas e identitárias. Ao contrário, uma reflexão sobre narrativas insurgentes deve ser capaz de produzir uma investigação crítica em relação a teorias e narrativas totalizantes e homogeneizadoras. Deve incluir, portanto, uma reflexão sobre os limites das histórias que se contam. Retomando Ricoeur, por mais incongruente que possa parecer a ideia de “histórias ainda não narradas”, é preciso perceber nossas existências como um grande emaranhado temporal, nunca esgotado de suas

mediações. A narrativa, enquanto forma da concordância-discordante, continua sendo a nossa forma de romper as coerções dos paradoxos temporais e tornar humanas suas experiências. Quão mais rica será no reconhecimento de suas potências e de suas dívidas históricas.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGOSTINHO. *As confissões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

APPADURAI, Arjun. *The future as cultural fact*. Nova York: Verson, 2013.

ANTUNES, E.. Narrativa. In: Vera França; Bruno Guimarães Martins; André Melo Mendes. (Org.). *Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação*. 1ed. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2014, v. 1, p. 191-199.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. *MATRIZES (USP. IMPRESSO)*, v. 6, 2012, p. 169-188, .

CARVALHO, Carlos Alberto de. É possível tecer fios de alta tensão desencapados? Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência. *InTexto*, 2019, p. 35-54.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JÁCOME, P.. *Fissuras no espelho realista do jornalismo: a narratividade crítica de Barcelona*. 1. ed. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2015.

JÁCOME, P.. *A constituição moderna do jornalismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.

JÁCOME, P.; COSTA, V. S. Cascatas de modernidade em um lago aparentemente imóvel: Imagens de Ciência e Tecnologia, do Futurismo ao Presentismo. *REVISTA ECO-PÓS (ONLINE)*, v. 21, 2018, p. 277-293 .

JÁCOME, P.; MANNA, N. . Ficção como antropologia especulativa: embates comunicativos na literatura de Juan José Saer. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, v. 4, 2016, p. 117-134.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : Contraponto, 2006.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEAL, B. S.. Jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: Bruno Souza Leal; Carlos Alberto de Carvalho. (Org.). *Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas*. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2013, v. 1, p. 25-48.

LEAL, B. S.. Saber das narrativas, narrar. In: Vera França; César Guimarães. (Org.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. 1ed.Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006, v. 1, p. 19-28.

MBEMBE, A. *O tempo em movimento*. Contracampo. 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014. p.139-222.

RICOEUR, Paul. La vida: un relato en busca de narrador. *Ágora. Papeles de filosofía*, v. 25, n. 2, 2006, p. 9-22.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. 3v.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Un mundo ch'xi es posible*. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Sociología de la imagen*. Miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. Tipiti (Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America)*, 2004. 2(1):3-22.